

AUTONOMIA DAS SATÉLITES

Carlos Murilo, Maerle e Ornellas

A tese da autonomia plena para as cidades-satélites é válida, Dr. Carlos Murilo? E o senhor concorda com a eleição, para elas, de prefeitos e vereadores?

Carlos Murilo — Estou inteiramente de acordo. Mas, você não pode fazer a autonomia das cidades-satélites sem fazer a autonomia do Distrito Federal. Então, é um tema polêmico e eu me lembro muito bem de quando eu era deputado federal, quando foi criada Brasília, quando nós tínhamos que criar a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Lei Orgânica do Estado da Guanabara.

Eu poderia criar o Estado de Brasília, eu poderia criar o Distrito Federal separado do Estado de Brasília e, no Estado de Brasília, criar as cidades-satélites com sua autonomia, com as câmaras municipais, elegendo seus prefeitos, mas dissociada do Distrito Federal. Ou então poderia criar o Distrito Federal, com autonomia, ele-

gendo o governador e o vice-governador. Iria exatamente voltar à Lei Orgânica. Seria a Lei Orgânica do Distrito Federal ou a Lei Orgânica do Estado de Brasília. Mas, sou inteiramente favorável, não só para vereador, como eleição para prefeito, para assembleia legislativa e eleição direta do governador e vice-governador.

Maerle Ferreira Lima — Essa, é uma posição antiga. Quando nós estávamos na resistência da ditadura militar, nós discutimos bastante a questão da representação política. Uma vez fizemos um seminário — inclusive o Carlos Alberto foi um dos participantes — a nível do PMDB, e a posição seria justamente a autonomia ampla para as cidades-satélites e para o Distrito Federal, com assembleia legislativa, que faria uma constituição pela qual definiria as linhas a seguir para uma representação política mais ampla: governador, deputados estaduais (no caso de uma

Assembleia Legislativa), câmara de vereadores e prefeitos eleitos pelo voto direto, porque nós sempre defendemos a democracia, a participação.

José Ornellas — Eu acredito que é um assunto que vai ter que ser realmente bastante debatido, porque há colocações político-administrativas que precisam ser levadas em consideração. De qualquer maneira, eu acho que o primeiro caminho, o primeiro passo, é realmente a assembleia legislativa para poder definir depois, com muito cuidado, o problema das cidades-satélites que hoje não têm nenhuma autonomia financeira, o que precisamos repensar. Eu, como governador, me lembro das dificuldades de obter as leis através da Comissão do Distrito Federal onde, por mais boa vontade que os senadores tivessem, eles estão ligados aos seus Estados e não estão realmente com pleno conhecimento dos problemas do Distrito Federal.